

TERMO DE INSTITUIÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONVIVÊNCIA E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA E CONVIVÊNCIA

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.451.431/0001-69, com sede na Rua Ceará, nº 02, Consolação, município de São Paulo - SP, CEP 01243-010, neste ato, representada de acordo com o Capítulo III, artigo 15, item II e Capítulo V, artigos 23 e 24 de seu estatuto social, por seu Diretor-Presidente, Dr. ANTONIO BIAS BUENO GUILLON, determina a instituição do CÓDIGO DE ÉTICA E CONVIVÊNCIA, e a nomeação dos integrantes da Comissão de Ética e Convivência (CECC-FAAP), órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e educativa, composto por três integrantes, nomeados, pela diretoria da Fundação Armando Alvares Penteado, sendo um representante acadêmico e um representante do administrativo e um representante da Fundação Armando Alvares Penteado, que poderá determinar a aplicação de sanções, exceto quando a competência for do Centro Universitário Armando Alvares Penteado, ficando para tanto nomeados os seguintes integrantes: CEO - Luis Celso Vieira Sobral; Diretor Acadêmico - Rogerio Massaro Suriani; e a Advogada - Iliana Graber de Aquino.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONVIVÊNCIA DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO, na qualidade de mantenedora de instituições de ensino e equipamentos culturais, em sua incessante busca pela vanguarda do conhecimento e pela formação de cidadãos íntegros e transformadores, reconhece que a excelência acadêmica e a inovação são intrinsecamente ligadas a um ambiente ético e respeitoso, que instituições de ensino são, por essência, espaços de liberdade intelectual, debate plural e construção coletiva, onde a diversidade é valorizada, a dignidade humana é inegociável e a educação transcende os muros da academia: ela impacta a sociedade e o planeta.

Este Código visa edificar uma comunidade acadêmica, cultural e social vibrante, justa e solidária, com vistas à formação de seres humanos aptos a enfrentar os desafios contemporâneos com discernimento ético, empatia, senso de justiça, conscientes de



Diretoria

que a pluralidade de ideias é um pilar inabalável para o exercício pleno das liberdades individuais e coletivas, garantindo um ambiente de confiança, responsabilidade e respeito mútuo.

A moralidade pública, a justiça social e a autonomia universitária são princípios fundamentais e devem ser parâmetros de conduta de toda a comunidade incluindo discentes, docentes, pessoal técnico-administrativo, prestadores de serviços, assim como do público em geral de frequentadores dos campi.

DA APLICAÇÃO

Art. 1º Este Código aplica-se a todos os integrantes da Comunidade FAAP, inclusive frequentadores de todos os campi FAAP e seus equipamentos culturais, incluindo alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, prestadores de serviços e visitantes. Seus princípios e diretrizes, destinados a nortear ações e interações, devem ser observados em todas as instâncias e atividades, tanto dentro quanto fora do ambiente físico dos campi, inclusive virtual, sempre que as condutas tenham repercussão na vida acadêmica, imagem e/ou funcionamento da instituição, bem como na segurança e bem-estar de seus integrantes e frequentadores.

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º Os seguintes princípios fundamentais devem reger a conduta de todos:

- I. Dignidade da Pessoa Humana: valorização intrínseca de cada indivíduo, assegurando a inviolabilidade de sua integridade física, psicológica e moral, e promovendo o respeito às suas escolhas e identidades.
- II. Equidade e Inclusão: busca pela justiça no tratamento de todos, considerando suas especificidades e necessidades individuais, para garantir igualdade de oportunidades e acolhimento de todas as diversidades (étnicas, raciais, socioeconômicas, religiosas, de gênero, de orientação sexual, pessoas com deficiência etc.), combatendo ativamente qualquer forma de discriminação.
- III. Solidariedade e Colaboração: estímulo à cooperação e apoio mútuos, reconhecendo que o sucesso individual se constrói no coletivo e que a comunidade se fortalece pela união e pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências.



Diretoria

- IV. Integridade e Transparência: pautar todas as ações e comunicações por honestidade, retidão, verdade e clareza, combatendo a desonestidade intelectual, a desinformação e qualquer forma de fraude.
- V. Responsabilidade Social e Ambiental: comprometimento com o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade em todas as suas dimensões e o engajamento em ações que beneficiem a coletividade.
- VI. Autonomia e Emancipação Intelectual: incentivo ao pensamento crítico, à liberdade de expressão e à busca constante pelo conhecimento, visando à formação de indivíduos autônomos e capazes de questionar, propor e transformar a realidade de forma construtiva.
- VII. Respeito à Pluralidade de Ideias e Concepções: defesa contínua de ambientes propícios ao debate saudável, ao contraditório e à coexistência de diferentes perspectivas, sempre de forma respeitosa, com repúdio ao discurso de ódio ou intolerância e à desinformação.
- VIII. Respeito à Privacidade: garantia da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e da FAAP, incluindo Dados Pessoais, com estrita observância às normas relativas à coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais.
- IX. Paz e Não Violência: promoção de ambiente de convivência harmoniosa, resolução de conflitos pelo diálogo e pela mediação, e firme repúdio por qualquer forma de violência, seja ela física, verbal, psicológica ou moral.
- X. Zelo pelo Patrimônio: reconhecimento de que os bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio da FAAP são recursos comuns para o desenvolvimento da educação e merecem cuidado.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 3º É dever de todos:



Diretoria

- I. Tratar os demais com dignidade, respeito e acolhimento, sem qualquer forma de preconceito, discriminação, assédio ou violência.
- II. Expressar-se de modo a não atingir a honra, a imagem, a privacidade dos demais e da FAAP, bem como não configurar incitação à violência, ao ódio ou à discriminação.
- III. Agir com ética, integridade e honestidade em todas as interações e atividades, zelando pela reputação e pelos valores da FAAP.
- IV. Respeitar as diferenças individuais, a diversidade de ideias, culturas, origens, gêneros, orientações sexuais, etnias, religiões e condições físicas ou mentais, promovendo um ambiente de acolhimento e inclusão.
- V. Preservar o patrimônio material e imaterial da FAAP, utilizando seus recursos e instalações de forma responsável e sustentável.
- VI. Contribuir para a construção de um ambiente de paz, diálogo e resolução construtiva de conflitos, evitando toda e qualquer forma de violência, assédio ou discriminação.
- VII. Cumprir as normas internas, regimentos e legislação aplicáveis.
- VIII. Proteger a privacidade e os dados pessoais de terceiros, abstendo-se de coletar, tratar, armazenar ou compartilhar informações sem a devida base legal ou consentimento.
- IX. Agir com senso de corresponsabilidade pelo processo educativo, buscando a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

INCISO DOS ARTIGOS

- Art. 4º São condutas expressamente vedadas:
- I. Discriminação e Intolerância: Praticar, motivar, incentivar ou participar de atos discriminatórios ou que promovam a intolerância de qualquer natureza.
- II. Violência e Assédio: praticar, aproveitar-se de ou promover qualquer forma de violência, assédio ou intimidação, seja física, verbal, psicológica, moral ou sexual, incluindo cyberbullying.
- III. Violação de Privacidade e de Dados Pessoais: invadir a privacidade alheia por qualquer recurso bem como coletar, tratar, armazenar, compartilhar, divulgar ou utilizar dados pessoais de terceiros sem a devida base legal.
- IV. Danos ao Patrimônio: Causar dano, deliberadamente ou por negligência, ao patrimônio material ou imaterial da FAAP ou sua comunidade.



Diretoria

- V. Uso Indevido do Cargo ou Situação: Utilizar-se de seu cargo acadêmico ou profissional ou da situação de estudante ou qualquer outro vínculo com a FAAP para obtenção de benefícios indevidos, para si ou para terceiros, ou de modo ao prejudicar outros integrantes da comunidade FAAP.
- VI. Divulgação Não Autorizada: Divulgar informações confidenciais, documentos internos ou resultados de pesquisas não autorizados para tal, que possam comprometer a instituição ou seus membros.
- VII. Retaliação: Praticar qualquer ato de retaliação contra quem tenha denunciado uma infração ética, participado de uma investigação ou exercido seus direitos legitimamente.
- VIII. Trote: Promover, realizar, organizar ou participar de qualquer forma de trote ou atividade vexatória, humilhante, violenta ou que gere constrangimento a qualquer pessoa, em qualquer contexto relacionado à vida acadêmica.
- IX. Fraude Acadêmica e Intelectual:
- a) Copiar, plagiar, reproduzir ou utilizar, total ou parcialmente, escritos, trabalhos, ideias ou quaisquer outros produtos acadêmicos sem a devida referência de autoria;
- b) Utilizar meios e/ou artificios (colar, copiar, rasurar, alterar, entre outros) para fraudar avaliações, trabalhos ou resultados acadêmicos, seus ou de outrem.
- c) Apresentar trabalho acadêmico produzido por outrem como se de sua autoria fosse.
- d) Ser cúmplice de fraude ou comportamento ilícito de outrem em qualquer atividade acadêmica.
- e) Falsificar ou adulterar documentos, registros acadêmicos ou quaisquer outras informações institucionais.

Parágrafo 1º A vedação estende-se a atos praticados de forma virtual, dentro ou fora dos campi, caso acarrete prejuízos a integrantes da Comunidade FAAP, à imagem da FAAP ou às suas atividades.

Parágrafo 2º A prática de qualquer ato vedado sujeitará o infrator às sanções previstas neste Código, nos Regimentos Internos e na legislação vigente.

DAS SANÇÕES

Art. 5º As violações ao presente Código serão sancionadas de acordo com natureza da infração, os danos causados, o bem jurídico atingido, a reincidência, o histórico do infrator, as circunstâncias atenuantes ou agravantes.



Diretoria

Art. 6º A aplicação de sanção de natureza ética não exclui a possibilidade de responsabilização administrativa, civil ou criminal do infrator pelo mesmo fato, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º As apurações relativas ao desrespeito ao presente Código ficam a cargo da Comissão de Ética e Convivência (CECC-FAAP), órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e educativa, composto por três integrantes, nomeados, pela diretoria da Fundação Armando Alvares Penteado, sendo um representante acadêmico e um representante do administrativo e um representante da Fundação Armando Alvares Penteado, que poderá determinar a aplicação de sanções, exceto quando a competência for do Centro Universitário Armando Alvares Penteado.

Art. 8º É permitido CECC-FAAP, ad referendum da Fundação Armando Alvares Penteado ou da diretoria do Centro Universitário Armando Alvares Penteado, determinar o imediato afastamento definitivo do infrator de suas atividades junto à FAAP, especialmente em casos que comprometam a dignidade humana, a segurança da comunidade, a integridade institucional, de uso de entorpecentes, fraude considerada grave, assédio sexual ou moral grave, trote violento ou violações reiteradas ao presente Código. Conforme a natureza do fato, qualquer integrante da CECC poderá determinar a aplicação de sanção, inclusive exclusão do campus e vedação ao retorno, de imediato.

São Paulo, 7 de outubro de 2025.

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Antonio Bias Bueno Guillon
Diretor-Presidente